

A educação a distância nas instituições federais de ensino: novas relações no processo de trabalho docente

Mauro Augusto Burkert Del Pino
Thaís Philipsen Grützmann
Roberta de Carvalho Nobre Palau

Resumo

O artigo é resultado de uma investigação que teve por objetivo analisar a organização do trabalho docente decorrente da expansão da educação a distância (EaD) nas instituições federais de ensino. Para tanto, analisamos, por meio de uma pesquisa qualitativa, a implantação dos programas Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC Brasil) através dos cursos de Licenciatura em Matemática a Distância da UFPel e do curso Técnico em Biocombustíveis do IF Sul-rio-grandense, respectivamente. Investigamos as condições de trabalho a que estão submetidos os docentes desses programas de educação a distância, quais as relações de trabalho desses docentes, bem como se tem constituído o processo de trabalho em termos de sua fragmentação e intensificação. Verificamos que há uma profunda divisão de tarefas entre os diferentes níveis do trabalho docente bem como a terceirização de funções docentes, o que faz aparecer trabalhadores em educação nas instituições federais de ensino sem vínculo empregatício com essas instituições. A flexibilização e as novas formas de regulação entre capital e trabalho se tornam evidentes no interior da educação pública federal.

Palavras-chave: trabalho docente; educação a distância; UAB; e-TEC Brasil.

Distance education in the federal institutions of education: new relationships in the process of teachers' work

Abstract

The article is the result of an investigation that aimed to analyze the organization of teachers' work resulting from the expansion of distance education in federal institutions of education. To this end, we have analyzed, by means of a qualitative research, the implantation of the Open University of Brazil (UAB) and of the Open Technical School of Brazil (Brazil E-TEC), through the courses of Distance Degree in Mathematics, of UFPel, and of Technical Biofuels, of IF-Sulriograndense, respectively. We have investigated the working conditions to which are subjected the teachers at both these distance education programs, their work relations, as well as how their work process has been constituted, in terms of its fragmentation and intensification. We have verified the existence of a profound division of labor among the different levels of teachers' work, as well as the outsourcing of teachers' functions, which brings up workers in education, in the federal institutions of education, who do not have an employment relationship with such institutions. Both flexibilization and new forms of regulation between capital and labor are evidenced within the federal public education.

Keywords: teaches' work; distance education; UAB; Brazil E-TEC.

Introdução

Vivemos em um mundo veloz, de mudanças rápidas, complexas e incertas, em estado permanente de transformações. O conhecimento cresce assustadoramente e as informações estão disponíveis para quem quer que seja. O espaço e o tempo não são mais limites e a incerteza paradigmática desestruturou a base de conhecimento que parecia tão segura. Nesse mundo célere, as modificações não deixam nada intacto. A sociedade sofre um momento de mudanças significativas no que concerne às práticas culturais, políticas e econômicas. Esse cenário atinge os processos de trabalho, indistintamente.

O trabalho docente não é exceção. As tecnologias da informação e da comunicação, as TICs, atingem em cheio o processo de trabalho docente, cabendo à educação a distância cumprir o papel de levar a educação formal aos mais recônditos destinos. Ao lado do forte desenvolvimento das tecnologias digitais, a modalidade de educação a distância ganha força, mediada por novas tecnologias da informação e da comunicação.

Com a ampliação da EaD, um novo cenário de trabalho tem despontado no campo educacional. Tendo como pano de fundo o intenso processo de reestruturação produtiva em curso no Brasil e no mundo, novas propostas e metodologias de ensino tomam corpo e se efetivam. Em âmbito federal, surgem programas que passam a ofertar regularmente cursos de educação a distância, introduzindo na pauta acadêmica uma prática e uma reflexão teórica até então muito tímidas. Em 2005, surge a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e, em 2007, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC Brasil). O primeiro, um programa direcionado para a oferta de cursos de nível superior e o segundo, para a formação profissional de egressos do ensino médio de forma inicial e continuada, bem como da educação de jovens e adultos. São programas que introduzem a educação a distância em todas as universidades federais e em todas as instituições federais de educação, ciência e tecnologia (IFs).

A expansão generalizada da EaD nas instituições federais de ensino básico e superior trouxe importantes novidades para o trabalho docente. Esta é a preocupação central deste artigo. Os resultados aqui apresentados decorrem de investigação que teve por objetivo averiguar a expansão da educação a distância nas instituições federais de ensino, analisar a organização do trabalho docente daí decorrente e seus impactos no contexto atual. Para tanto, consideramos a implantação dos programas Universidade Aberta do Brasil e Escola Técnica Aberta do Brasil, buscando as condições objetivas de trabalho a que estão submetidos os docentes da educação a distância, quais as relações de trabalho desses docentes, bem como se tem constituído seu processo de trabalho e sua conseqüente intensificação.

Como mostra Belloni (2006, p.52), a EaD “se apresenta como mais um modo regular de oferta de ensino, utilizada tanto no ensino superior quanto para a formação inicial ou continuada, cuja demanda tende a crescer exponencialmente”. É com base nessa expansão que a pesquisa que originou este artigo se justifica. Quanto ao seu percurso metodológico, foram estudados os que regulamentam a UAB e a e-TEC Brasil, a implantação desses programas na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), através do Curso de Licenciatura em Matemática a Distância e, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IF-Sul), através do Curso Técnico de Biocombustíveis, perpassando por três macrotemáticas: as transformações sociais e técnicas do capitalismo contemporâneo; os impactos dessas transformações na criação da EaD como um desdobramento das TICs; e a organização do trabalho engendrada nesse processo.

Reestruturação produtiva e novas tecnologias

O final do século XX trouxe modificações estruturais para o processo de trabalho capitalista. Novas formas de gestão combinadas com as novas tecnologias fizeram nascer novos postos de trabalho, novas formas de organização do processo produtivo e novas demandas para a formação dos trabalhadores e das trabalhadoras. A flexibilização se fez acompanhar de novas divisões no mundo do trabalho, com perdas de direitos trabalhistas conquistados em um século de lutas, bem como fez surgir novas regulamentações entre capital e trabalho. Passamos a conhecer uma época de informalização do trabalho, do aparecimento da terceirização, da precarização, da subcontratação, da flexibilização, do trabalho em tempo parcial, do ciberproletariado (ANTUNES, 2008).

Como mostrou Meszáros (2007), a flexibilidade com relação às práticas de trabalho, que estão sujeitas a vários tipos de desregulamentação, equivale, na realidade, à implacável precarização da força de trabalho. Os discursos que acompanham a sociedade da informação erigiram em lei o princípio da tábula rasa. Não há nada mais

que não seja obsoleto. O novo mundo da rede mundial de computadores coloca a todos em outro patamar da história: ou estamos plugados ou estamos fora do páreo!

Ao mesmo tempo em que o mundo do trabalho passa por modificações estruturais, o estado se rearticula e passa a impor um novo receituário, condizente com os novos rearranjos da produção capitalista. A reforma do estado na década de 90 transformou os setores do estado, as formas de propriedade e de administração. As instituições de ensino não ficaram fora desse processo. Sguissardi (2005) caracteriza essas mudanças nas universidades através da perda dos direitos trabalhistas, da flexibilização dos contratos de trabalho, da diferenciação institucional, da diversificação de fontes de financiamento e do enfraquecimento das pesquisas nas universidades.

Segundo Harvey (2001), essas modificações tiveram início nas três últimas décadas do século XX e estão relacionadas com a constituição de modos mais flexíveis de acumulação do capital. É nesse contexto que emergem as novas tecnologias que alteram significativamente o modo como as pessoas se relacionam, tanto no âmbito pessoal como profissional. Nessa perspectiva, as TICs tornaram-se elementos essenciais nas relações de produção e de trabalho. No campo educacional, passa-se a perceber a influência desses novos aparatos tecnológicos e das inovações nas relações de trabalho. No interior das novas exigências demandadas pelo processo de globalização, a profissão docente, da mesma forma que as demais profissões, passa por uma série de adequações, incorporando habilidades e competências no manuseio das novas tecnologias da informação e da comunicação. A desregulamentação característica da inexistência de ordenamentos jurídicos específicos que regulamentam as novas relações de trabalho também atinge o professorado, especialmente aquele vinculado à modalidade da educação a distância (BARRETO, 2003).

A educação, com o advento da tecnologia, passou a contar, cada vez mais, com o auxílio da informação e da comunicação para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. A EaD dissemina-

se em instituições públicas e privadas e acarreta mudanças significativas no processo de trabalho docente. Ocorre que a introdução das TICs nos processos de trabalho possibilitou transformações em grande escala influenciando definitivamente a sociedade atual. A flexibilidade espaçotemporal foi uma das importantes mudanças possibilitada pela inserção das TICs nos processos de trabalho e no âmbito educacional, conseqüentemente, nos processos de ensino e de aprendizagem.

Nos tempos atuais, não é possível pensar a educação sem discutir as mudanças estruturais na forma de construir o conhecimento nas mediações das tecnologias da informação e da comunicação no trabalho docente. O emprego das novas tecnologias e de novas formas organizacionais vem provocando mudanças importantes nas condições de trabalho (Castel, 1998). Repercutem implicações para o ritmo do trabalho, para a quantidade de tarefas desenvolvidas e para a reorganização dos tempos. É exigida uma maior atenção para com as operações mentais e físicas, diminui o esforço físico e se altera o relacionamento interpessoal (Del Pino, 1997). Também ocorrem modificações nas condições sociais de trabalho, com repercussões nos direitos e deveres expressos na legislação trabalhista. A globalização se fez acompanhar do aumento da precarização das condições de trabalho, da ampliação do trabalho assalariado sem carteira assinada e do trabalho terceirizado ou independente.

As mudanças vivenciadas na sociedade atual diante da introdução das TICs repercutiu de forma importante no trabalho docente, em especial na divisão do trabalho docente relativamente ao ensino a distância. No âmbito desta pesquisa, cabe uma reflexão sobre o modo como a docência organiza seu trabalho na modalidade EaD e em que condições.

A década de 90 do século XX foi caracterizada, segundo Hypólito (1991), por mudanças na escola tradicional e por um processo de reestruturação produtiva que intensificou ainda mais a divisão de tarefas na escola, as formas de controle e a hierarquização do trabalho educativo. Esse modelo foi caracterizado pela fragmentação do trabalho

e pela perda da autonomia do professor. Estas características evidenciam um modelo educacional característico de uma sociedade capitalista contemporânea. Entre as especificidades que surgem, está a separação entre o conceber e o executar e a diminuição do controle sobre o processo de trabalho. Também são consequências desse momento a diminuição da autonomia docente e a precarização do trabalho.

Fica característico que o processo de ensino e de aprendizagem não é algo isolado da divisão técnica do trabalho e que qualquer análise deste processo deve levar em consideração a restrição do poder de ação pedagógica (Oliveira, 2003). As transformações observadas no processo de reestruturação produtiva chegam à organização educacional através de novas propostas de ensino, de novas metodologias e de novas organizações com alto grau de fragmentação. A organização do trabalho escolar refere-se à divisão do trabalho na escola. Trata-se de um conceito econômico, oriundo das teorias da economia política. Pode ser compreendida como a forma como o trabalho do professor e demais trabalhadores é organizada na instituição escolar, visando atingir os objetivos da escola ou do sistema. Refere-se à forma como as atividades estão definidas, como os tempos estão divididos, como ocorre a distribuição das tarefas, como se estabelecem as relações de hierarquia, as quais refletem relações de poder, entre outras características pertinentes à organização do trabalho.

Todavia, o trabalho docente na EaD possui algumas especificidades, especialmente no que diz respeito aos aspectos vinculados ao controle do docente em relação ao seu próprio trabalho e ao controle da instituição sobre o trabalho docente. Nessa modalidade de ensino, existe uma contradição explícita que é a divisão entre concepção e execução do trabalho pedagógico. Se, por um lado, essa separação se aproxima do modelo taylorista/fordista, ao mesmo tempo se assemelha ao modelo flexível de produção, fundamentalmente quando se leva em consideração a utilização das tecnologias como mediadoras do processo do trabalho. Estudos desenvolvidos por Mill (2002) mostram que os cursos na modalidade a distância têm uma organização mais complexa.

Além disso, torna-se mais forte e evidente a separação entre concepção e execução. Se, por um lado, através da EaD, é possível obter uma certa democratização do acesso à educação, bem como uma qualificação dos processos educacionais, por outro, ocorre uma espécie de esvaziamento do trabalho docente, ao mesmo tempo em que ocorre a intensificação de suas tarefas, com a substituição do professor e da professora por um sistema tecnológico que passa a dominar o processo de ensino e aprendizagem. Na próxima seção, enfatizaremos esta análise.

Trabalho docente e educação a distância

Vários estudos tornam patente que diferentes tipos de trabalhadores da educação compõem as equipes de trabalho da EaD. Surgem novos profissionais que passam a fazer parte desse grupo, como tutores, designers, revisores, entre outros. É justamente a fragmentação do processo de trabalho virtual que faz surgir esses novos profissionais da educação a distância. Os novos trabalhadores da educação são causa e efeito da flexibilização do trabalho pedagógico. Esta é uma característica típica do trabalho pós-fordista. Há uma perda da autonomia dos trabalhadores virtuais, bem como a perda da visão de totalidade, do conjunto do processo de trabalho, desde sua concepção até sua avaliação (Mill, 2002). O professor passa a ser uma tecnologia passível de ser substituída por outra. Seu conhecimento pode ser incorporado às novas tecnologias e aos novos processos de trabalho através do uso de tecnologias da informação e da comunicação, assim como ocorreu nas fábricas do período fordista. Com o conhecimento repartido em softwares, em vídeos, em redes de comunicação e nos livros didáticos, torna-se possível uma formação docente mais flexível e pertinente ao mundo globalizado. É nesse sentido que a expressão trabalho docente é cada vez mais substituída por atividade ou mesmo por tarefa docente, denotando um evidente esvaziamento. Nesses novos processos, o trabalho docente se restringe à escolha do material didático a ser usado nas aulas, durante as quais lhe cabe controlar o tempo de contato dos alunos com os referidos materiais, que são

produzidos como mercadorias prontas para serem consumidas, sem muita reflexão ou análise (BARRETO, 2004).

O processo de ensino e de aprendizagem na educação a distância tem como uma mediação fundamental a utilização de materiais e recursos didáticos. O contato direto do aluno com o professor deixa de ser central. Cabe a uma nova modalidade docente, o agora chamado tutor, a relação mais direta com o aluno, que ocorrerá pontualmente, em um espaço chamado de Polo, que passa a substituir a escola enquanto espaço social e cultural de relações humanas. A substituição tecnológica promovida pelas TICs tem levado à modificação do sentido do trabalho do professor e da professora, bem como possibilitado a subcontratação, o aparecimento do trabalho em tempo parcial e a terceirização na educação. A própria designação '*professor*' tem perdido força na EaD enquanto ganham espaço termos como facilitador, tutor, monitor e mesmo animador. Essas expressões, nos seus múltiplos sentidos, sintetizam a precarização do trabalho docente, restringindo suas funções. É nesse contexto que o trabalho docente cede lugar às atividades e tarefas docentes.

A educação a distância tem posicionado a tecnologia em um lugar de destaque. Em contrapartida, observamos que os sujeitos vão sendo colocados em um lugar secundário em relação à tecnologia. Este novo paradigma é constituído pela substituição tecnológica e pela racionalidade instrumental. Quanto maior a presença da tecnologia menor a necessidade do trabalho humano. Trata-se da flexibilização e da precarização do trabalho docente que se aperfeiçoam a partir da lógica do mercado e da globalização. Dito de outra forma, a EaD prevê cada vez menos professores e cada vez mais alunos. Para tanto, surge o argumento de que o desempenho dos estudantes depende menos da formação dos professores e de sua atuação e mais dos materiais utilizados. Esse discurso descaracteriza a análise global do trabalho docente, substituindo a lógica da produção pela da circulação e a lógica do trabalho pela da comunicação, como se fosse possível estabelecer melhorias na educação ou mesmo implantar uma educação de qualidade com a mera introdução das TICs no processo educativo, sem

levar em consideração o processo de formação de professores, o salário e a carreira docente, entre outros fatores que influenciam decididamente no cotidiano da atuação do professor.

A introdução de tecnologias no fazer docente tem ocorrido numa realidade onde não existe um ordenamento jurídico que garanta a legitimidade de profissionalização do docente virtual. Há um importante debate em torno do que é ser professor e ser tutor na educação a distância. Essas duas categorias de trabalhadores em educação, para ficarmos limitados a elas, demonstram o processo de fragmentação do trabalho em EaD. Além disso, o fato de o trabalho docente virtual ser realizado fora de um espaço institucional, muitas vezes sendo realizado no espaço doméstico, mostra de forma mais objetiva a precarização dessa atividade.

A falta de regulamentação jurídica da atividade do docente virtual implica uma conformação precária no que diz respeito às questões relativas aos direitos e deveres dos profissionais em EaD. Não há, por exemplo, a regulamentação da profissão tutor, não havendo garantias no que se refere ao processo de profissionalização desses trabalhadores da educação. Cria-se um imaginário em torno da tutoria como se o trabalho do docente virtual fosse uma atividade fácil, como se pudesse ser desenvolvida em qualquer espaço, sem a necessidade de uma formação específica. Contudo, não apenas se trata de um trabalho que envolve saberes complexos, como também requer ferramentas tecnológicas adequadas ao seu bom desenvolvimento.

Em função até mesmo da terminologia adotada, tudo indica que o trabalho do tutor é menor ou mesmo menos importante que o do professor. Sua remuneração é menor e seu trabalho não exige, por natureza, a presença do aluno para ser desenvolvido. Todavia, a proliferação do discurso da flexibilidade, da autonomia e do trabalho de menor responsabilidade não se constitui como uma verdade incondicional. Ao contrário, é muitas vezes enganoso e traz embutida uma sobrecarga de trabalho, com um número elevado de alunos e um conjunto enorme de tarefas avaliativas para corrigir e dar os devidos

retornos aos estudantes, além da presença absoluta de mecanismos de controle do processo de produção e execução do trabalho. Tal realidade aponta a necessidade de reflexão sobre as condições de trabalho desses profissionais docentes na sociedade contemporânea. Essa é a tarefa a ser desenvolvida nas próximas seções do artigo. A seguir, apresentamos a configuração dos programas Universidade Aberta do Brasil e Escola Técnica Aberta do Brasil para, em seguida, analisarmos como o trabalho docente está sendo desenvolvido e suas novas características vinculadas ao ensino virtual.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a UFPel

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema que se preocupa em ampliar a oferta de cursos de nível superior às classes populacionais com dificuldades de acesso aos *campi* regulares de ensino nas universidades, utilizando, para tal, a metodologia de educação a distância (BRASIL, 2006). A UAB é composta por diferentes Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) de todo o país, atendendo um público variado. O foco prioritário é a formação inicial aos professores de educação básica pública em exercício que não possuem o curso superior, além de formação continuada aos já graduados.

O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a ANDIFES¹ e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância² – SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES com

¹ ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

² A SEED foi extinta e, em virtude disso, seus programas e ações estarão vinculados a novas administrações.

vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. (Portal UAB³)

O Sistema UAB foi instituído mediante o Decreto 5.800, de 9 de junho de 2006, que apresenta seus objetivos. Entre eles, estão os de estabelecer um amplo sistema nacional de educação superior a distância e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006). A UAB busca parcerias entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para cumprir suas finalidades e objetivos. As ofertas dos cursos de educação superior a distância são feitas por meio das instituições públicas em colaboração com os polos de apoio presencial, localizados nas cidades estratégicas.

Neste decreto, define-se polo de apoio presencial como o espaço destinado aos acadêmicos, tutores e coordenadores de polo para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas propostas de forma descentralizada, de acordo com os cursos e programas ofertados pelas IPES na modalidade a distância. Nesses polos, os alunos têm acesso a bibliotecas e laboratórios de informática, além de laboratórios específicos nas áreas de química, física e biologia. Esses são mantidos pelos municípios ou governos estaduais, percebendo-se a necessidade de se ter uma infraestrutura adequada, tanto em espaço físico como em recursos humanos, para que o atendimento aos acadêmicos seja de qualidade.

É no polo que acontecem as atividades presenciais, sejam elas aulas, seminários ou avaliações. É o local de encontro dos alunos onde recebem o acompanhamento e as orientações necessárias para os estudos e demais programações. Sobre os momentos presenciais, é importante destacar que, de acordo com a legislação atual, o Decreto

³ Acesso ao Portal da Universidade Aberta do Brasil, Histórico. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/index.php>. Acesso em: 30 maio 2011.

5.622/05, eles são obrigatórios, destinados às avaliações, estágios obrigatórios e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, quando previstos no curso, além de atividades laboratoriais, quando também previstas e outras demandas (BRASIL, 2005). Nesses encontros, é obrigatória a presença dos alunos, mantendo a frequência mínima exigida pela IPES.

Em relação à oferta dos cursos, o Ministério da Educação firma convênio com as instituições já credenciadas⁴ e também com os entes federativos que possuem interesse em manter os polos de apoio presencial do Sistema UAB. Todo curso oferecido pela IPES é regulamentado por meio de editais do Ministério da Educação e, assim, as cidades fazem a solicitação e ficam aguardando se foram contempladas ou não.

Em relação às despesas da UAB, estas “correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE” (BRASIL, 2006, Art. 6º). E, ainda, o MEC responsabiliza-se pela coordenação da implantação, acompanhamento e supervisão dos cursos do Sistema UAB (BRASIL, 2006).

Cabe à Diretoria de Educação a Distância da CAPES viabilizar a oferta dos cursos pelo Sistema UAB. É através dela que é possibilitada a produção e distribuição de material impresso para o curso, a aquisição de literatura para composição das bibliotecas nos polos, a utilização de tecnologias de informação e comunicação para interação entre corpo docente e discente, incluídos os tutores, a aquisição de laboratórios pedagógicos, a infraestrutura dos núcleos de educação a distância nas IPES participantes, o acompanhamento dos polos de apoio presencial, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

O Sistema UAB oferece atualmente cinco categorias de cursos, através das IPES integrantes: 1) Bacharelados, Licenciaturas, Tecnologias e Especializações; 2) Especializações do programa Mídias na Educação;

⁴ O credenciamento é feito nos termos do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, art. 5º.

3) Graduação em Biblioteconomia; 4) Especializações para professores, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC); e 5) Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP. O Sistema UAB prevê o estabelecimento de mil polos estrategicamente distribuídos no território nacional. Até 2013, o sistema ampliará sua rede de cooperação para alcançar a totalidade das IPES e atender a 800 mil alunos/ano.

A Universidade Federal de Pelotas, a exemplo das demais IPES, está vinculada à UAB. Atualmente, são oferecidos quatro cursos de graduação: Licenciatura em Letras Espanhol, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Educação no Campo e Licenciatura em Pedagogia. Também são oferecidos quatro cursos de Pós-graduação: Gestão de Polos, Gráfica Digital, Mídias na Educação, Especialização em Saúde da Família. O curso da UFPel analisado nesta investigação foi o de Licenciatura em Matemática a Distância (CLMD), que conta com o total de 34 polos e 1.300 alunos. No CLMD, atualmente, o corpo docente é constituído de 22 professores, 52 tutores a distância, 34 coordenadores de polo e 60 tutores presenciais.

A Escola Técnica aberta do Brasil (e-Tec Brasil) e o IF Sul-rio-grandense

O Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil foi instituído no dia 12 de dezembro de 2007, através do decreto nº 6.301. Esta iniciativa faz parte de uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva no intuito de democratizar o acesso ao ensino técnico público e gratuito no país através da modalidade de educação a distância. Este Sistema, conhecido como e-Tec Brasil, visa levar cursos técnicos na modalidade a distância a regiões distantes das instituições de ensino profissional e para a periferia das grandes cidades brasileiras (BRASIL, 2007).

O Sistema e-Tec Brasil visa capacitar profissionalmente estudantes e egressos do ensino médio de forma inicial e continuada, assim como também da educação de jovens e adultos. Objetiva, também, que instituições públicas de ensino profissional desenvolvam projetos de

pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada para professores da educação profissional técnica de nível médio. Incentiva o desenvolvimento de projetos para a produção de materiais didáticos, tanto para formação de professores nesta área quanto para os estudantes da educação profissional técnica de nível médio.

Além disso, tem o objetivo de criar, em escolas das redes públicas municipais e estaduais, uma rede nacional de educação profissional nas instituições públicas de ensino para oferta dessa modalidade. Para estabelecer estes e outros objetivos, e colocar em desenvolvimento este Sistema, foi aberto o edital de seleção nº. 01/2007/SEED/SETEC/MEC visando selecionar projetos de cursos de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância e projetos de adequação de escolas públicas de ensino fundamental, de ensino médio e de escolas técnicas que tivessem interesse de ofertar essa modalidade de ensino.

As instituições públicas federais, estaduais ou municipais que já possuíssem ensino técnico de nível médio poderiam apresentar propostas de cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma subsequente ou concomitante na modalidade de educação a distância, a serem ofertados nas escolas públicas cujos projetos de adequação fossem selecionados. As escolas públicas selecionadas, cujos projetos de adequação foram aceitos, configuram as escolas que são os polos de apoio presencial e as instituições públicas federais, como instituições de ensino, são as sedes dos cursos que são disponibilizados a distância.

Atualmente, o e-Tec Brasil oferece formação técnica a distância a 30 mil alunos, distribuídos em 396 polos no país e o objetivo é alcançar, pelo menos, 500 polos e 50 mil matrículas ainda em 2011. Já existem 41 Instituições Federais vinculadas ao e-Tec Brasil ofertando cursos técnicos na modalidade a distância e o objetivo é, até o final de 2014, atender mais de 270 mil estudantes. Este Sistema faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que

visa expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Nos próximos quatro anos, o objetivo é propiciar a qualificação profissional de oito milhões de pessoas com cursos técnicos (BRASIL, 2011).

O Ministério da Educação disponibiliza apoio financeiro e os recursos para pagamento de bolsas aos professores que estão participando do desenvolvimento dos cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância estão registrados na dotação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os valores dessas bolsas variam conforme a atribuição do professor. Essas atribuições dão forma a novos processos de trabalho docente.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Visconde da Graça está vinculado ao programa e-Tec Brasil. Localizado em Pelotas-RS, desenvolve, na região sul do estado do Rio Grande do Sul, um programa com cursos de educação profissional técnica de nível médio na modalidade a distância que conta com dez polos de apoio presencial. O Campus oferece quatro cursos na modalidade a distância. São eles os cursos técnicos de Agroindústria, Biocombustíveis, Contabilidade e Administração. O curso analisado nesta investigação foi o de Biocombustíveis, que conta com um total de 30 tutores, entre tutores presenciais e a distância, 20 coordenadores de Polo e Tutoria e 402 estudantes.

O trabalho docente nas instituições federais de ensino

A análise da legislação pertinente à educação a distância ofertada pela UAB e pela e-Tec Brasil, bem como a análise dos cursos investigados na UFPel e no IF Sul-rio-grandense em sua prática efetiva, mostram que há uma similaridade muito forte quanto ao trabalho docente realizado nesses programas. Apesar de serem programas distintos — a UAB voltada basicamente para o ensino superior e a e-Tec Brasil para o ensino técnico de nível médio — a regulamentação prescrita pelo FNDE no que diz respeito ao exercício da docência é

muito semelhante, bem como a efetiva prática docente desenvolvida nos cursos. Os dois programas funcionam com a concessão de bolsas que diferem em relação à função que o bolsista desempenha no programa. As funções são muito semelhantes, e os dois programas possuem coordenador geral, coordenador geral adjunto, coordenador de curso, professor pesquisador, professor pesquisador conteudista, tutor presencial, tutor a distância, coordenador de polo e coordenador de tutoria. As remunerações pagas aos bolsistas, tanto na UAB como na e-Tec Brasil, são as mesmas (BRASIL, 2009). Elas variam de \$ 765,00, menor valor de bolsa, que é paga à função de tutor, até o valor de R\$ 1.500,00, paga à função de coordenador geral do programa, segundo valores estabelecidos para o ano de 2011.

A análise das atividades prescritas para as diferentes funções indica que todas elas devem ser exercidas por professores. As funções e a prática efetiva do trabalho, tanto dos tutores como dos professores, configuram-se como atividades docentes complementares no processo de trabalho docente virtual. Três funções em especial merecem destaque no processo de trabalho docente virtual: as funções de professor pesquisador, professor conteudista e tutor, que pode ser presencial ou a distância.

Enquanto o trabalho docente no exercício do magistério presencial é exercido por um único professor ou uma única professora, a docência nos cursos de EaD investigados compõe a reunião de quatro diferentes tipos de professores, divididos em diversas funções, com remunerações diferenciadas e com tarefas distintas e complementares. Enquanto no processo de trabalho fabril flexível pós-fordista a linha de montagem foi substituída pelas células de produção, onde equipes dividem a responsabilidade pelo produto final através da realização de tarefas em grupo e combinadas, o trabalho docente na EaD substitui o professor da sala de aula por uma equipe colaborativa que, no caso investigado, é composto por quatro diferentes modalidades de professores.

As funções de supervisão e controle também são distribuídas entre diferentes professores, que possuem responsabilidades específicas e

remuneração variável. Cada programa tem um coordenador geral e outro adjunto, além de coordenador de curso, coordenador de polo e coordenador de tutoria. O número de coordenadores de polos é variável em função do número de cidades que participam do curso. Por serem cursos que envolvem polos distantes, a estrutura de controle é mais complexa e abrangente, diferente do que ocorre na educação presencial.

O vínculo empregatício desses docentes é bastante peculiar no que diz respeito às instituições federais de ensino, tanto em relação às universidades como em relação aos institutos federais. Enquanto os professores efetivos dessas instituições são funcionários públicos regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), os professores que compõem a equipe docente nos programas de EaD do governo federal não necessariamente são vinculados ao RJU. Apenas alguns professores pesquisadores, no caso da UFPel, e pesquisadores e conteudistas, no caso do IF-sul-riograndense, são efetivados mediante concurso público, sendo vinculados ao RJU. Alguns professores da UFPel e os tutores, por via de regra, são apenas bolsistas, vinculados via FNDE. Portanto, com vínculo precário e sem os direitos trabalhistas previstos no sistema previdenciário.

A equipe de professores, distribuída entre conteudistas, pesquisadores e tutores, compõe um grupo que tem por objetivo reunir todas as funções de docência, surgindo um processo de trabalho docente bastante específico para esses programas. Os professores pesquisadores têm por função elaborar os conteúdos dos módulos, fazendo a adequação à linguagem a distância, além de desenvolver o sistema de avaliação de alunos. Também cabe a eles o desenvolvimento de pesquisas de acompanhamento das atividades de ensino.

Já os tutores são os responsáveis por acompanhar as atividades discentes, estando permanentemente em contato com os estudantes. Dentre suas atribuições, está a motivação dos alunos, procurando sempre orientá-los quanto ao desenvolvimento de estratégias de estudo autônomo. Cabe aos tutores mediar a comunicação de conteúdos entre

o professor e os cursistas, designação do estudante da EaD. Participa efetivamente do processo de avaliação da disciplina e, não raras vezes, é o responsável por fazer a correção das atividades e tarefas realizadas pelos alunos, bem como estabelecer a comunicação com os estudantes através dos fóruns, além de avaliar as postagens dos alunos nesses fóruns.

Fica evidente a configuração de um processo de trabalho docente coletivo, mas ao mesmo tempo fragmentado, dividido. Enquanto os professores se ocupam das tarefas de concepção, elaboração e planejamento, os tutores são responsáveis pela execução do processo. Mas uma execução que não se materializa exatamente em um processo de ensino e de aprendizagem. A virtualização do processo educativo, ao deslocar a dimensão presencial para a virtual, cria uma nova relação educativa não necessariamente baseada no binômio ensino-aprendizagem. Há um privilégio do segundo elemento da relação, a aprendizagem, que passa a ser pensada como autoaprendizagem. Isto é, há um enfraquecimento do processo de ensino, com uma separação cada vez mais significativa entre o professor e o aluno, e uma valorização da aprendizagem que se torna cada vez mais autoaprendizagem. A função dos tutores configura-se como sendo de orientação da aprendizagem muito mais do que de ensino. O tutor passa a ser um facilitador do processo pelo qual o aluno adquire conhecimento. Ao mesmo tempo, os professores, tanto os pesquisadores como os conteudistas, não se colocam no processo de trabalho como pessoas que pensam o ensino e a aprendizagem. Sua atividade pedagógica virtual está mais vinculada à preparação de material didático para que o tutor execute do que com efetivas estratégias de ensino.

Ainda outro fator observado nos cursos de EaD investigados é a intensificação do trabalho docente. Tanto na UFPel como no IF Sul-riograndense a grande parte dos professores pertencem ao quadro efetivo da carreira docente federal; ou são da carreira do ensino superior ou da carreira do ensino técnico ou tecnológico. As tarefas agregadas em função das atividades nos cursos da UAB ou da e-Tec Brasil são atividades acrescentadas para além das suas atividades docentes cotidianas.

O fato de receberem uma bolsa remunerada serve de justificativa para que suas funções nos cursos sejam desenvolvidas independentemente da sua jornada habitual. Disso decorre um aumento da carga horária de trabalho dos docentes.

Além da intensificação descrita acima, o fato de as atividades na EaD poderem ser desenvolvidas em qualquer espaço e em qualquer tempo, uma vez que o ambiente onde ocorre a relação professor aluno é um ambiente virtual, pois inexistente uma sala de aula, faz com que o tempo utilizado tanto pelos professores como pelos tutores para desenvolverem suas atividades seja qualquer tempo. Isto é, além da forma de intensificação propiciada pela bolsa, há uma autointensificação realizada pelos próprios docentes, conforme descrito por Hargreaves (1998). Há um envolvimento afetivo dos professores e tutores com o seu trabalho, conforme constataram Codo et al (1999), fazendo com que se envolvam muito mais com suas atividades, em função da natureza de seu trabalho, do que qualquer outro trabalhador.

Assim, observamos que, para atender às demandas dos cursos a distância na rede federal, existe uma complexa rede de trabalhadores em educação. Enquanto, na sala de aula tradicional, a relação entre professor e aluno se dá diretamente, na EAD, ela é mediada por tecnologias e por diferentes profissionais. O processo de trabalho docente é intercedido por tecnologias que colocam os professores em uma relação, por um lado, de separação dos alunos e, por outro, de intensificação de trabalho, que ocupa cada vez mais tempo e mais espaço da vida dos docentes.

Considerações finais

As inovações tecnológicas vêm sendo disseminadas em todos os processos de trabalho, em especial nesta primeira década do novo século. O processo de ensino e o processo de aprendizagem incorporam, cada vez mais, elementos e conceitos oriundos dos avanços tecnológicos (Brezezinski, 2007). A grande novidade dentro deste cenário no Brasil é a ampla expansão da educação a distância que, nos

últimos anos, serviu de base para a implantação de dois grandes programas em âmbito do ensino federal: a Universidade Aberta do Brasil, no ensino superior, e a Escola Técnica Aberta do Brasil, no âmbito especialmente do ensino técnico.

Esses programas estão sendo desenvolvidos em todas as instituições federais de ensino. Na UFPel e no IF Sul-rio-grandense, dois cursos serviram de base para uma melhor compreensão do que está acontecendo com o trabalho docente na EaD das instituições federais de ensino. Constatamos que os dois programas do governo federal, a UAB e a e-Tec Brasil, possuem uma estrutura docente muito semelhante, marcada por um processo de trabalho docente fragmentado, remunerado por bolsas pagas pelo FNDE, o qual é composto por diferentes tipos de trabalhadores docentes, tendo na figura do tutor o principal articulador e executor das atividades de aprendizagem dos estudantes, as quais se apresentam cada vez mais como autoaprendizagem.

Se, por um lado, o sistema UAB e e-Tec Brasil vêm possibilitando a expansão dos cursos superiores e dos cursos técnicos, democratizando o acesso à educação pública profissional, por outro lado, há impactos importantes no processo de trabalho, tanto organizacional como para os trabalhadores envolvidos. A precarização, a flexibilização e a fragmentação estão atrelados a esta lógica, que é a lógica mercantil de flexibilização do trabalho, típica desta era de globalização e de reestruturação produtiva.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo; Campinas: Cortez; Ed. da UNICAMP, 2008.

BARRETO, R.G. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, 2004.

BARRETO, R. G. Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 2, 2003.

BELLONI, M. L. *Educação a Distância*. Campinas: Autores Associados, 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei 11.502, de 11 de julho de 2007. Dispõe sobre a estrutura organizacional da CAPES e autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes do programa de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Brasília, 2007.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Brasília, 2009.

BREZEZINSKI, Iria. Trabalho docente, tecnologias e educação. *Anais do IV Simpósio Trabalho e Educação*, ago/2007. 1 CD-ROM.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. São Paulo: Vozes, 1998.

CODO, W. (Coord.). *Educação: carinho e trabalho*. Vozes. Petrópolis, 1999.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. *Educação, trabalho e novas tecnologias: as transformações nos processos de trabalho e de valorização do capital*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1997.

HARGREAVES, A. *Os Professores em Tempos de Mudança: o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*. Mc. Graw-Hill. Lisboa. 1998.

HARVEY, D. *A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: . Edições Loyola, 2001.

HYPÓLITO, A. L. M. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papirus, 1991.

MÉSZÁROS, I. *O Desafio e o fardo do Tempo Histórico*. São Paulo: Boitempo Editora, 2007.

MILL, D.; OLIVEIRA, D.; GONÇALVES, G.; MELO, S; FARDIN, V. Transformações na organização do processo de trabalho docente e suas conseqüências para os professores. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte: Nete, ETE-MG, n. 11, p. 51-65, 2002.

OLIVEIRA, Dalila A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PORTAL UAB. Disponível em: [http://uab.capes.gov.br /index.php](http://uab.capes.gov.br/index.php)>. Acesso em: 30 maio 2011.

SGUISSARDI, V. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. L. A. *Universidade – políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2005.

Mauro Augusto Burkert Del Pino é professor do PPGE/FaE/UFPel, Doutor em Educação, Diretor da Faculdade de Educação/UFPel. Foi Secretário Municipal de Educação de Pelotas-RS, gestão 2001/2004.

E-mail: mauro.pino@terra.com.br

Tháís Philippen Grützmann é professora do CEAD/UFPel, Doutoranda em Educação pelo PPGE/FaE/UFPel, Mestre em Educação em Ciências e Matemática.

E-mail: thaisclmd@gmail.com

Roberta de Carvalho Nobre Palau é Professora do IF Sul-rio-grandense, Mestranda em Educação pelo PPGE/FaE/UFPel, Especialista em Tecnologias e Educação a Distância.

E-mail: robertacnobre@gmail.com

Recebido em novembro de 2010

Aceito em fevereiro de 2011